

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PROCESSO: TC-3107/989/20

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2020

Senhora Assessora Procuradora - Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de Igarapava referente ao exercício de 2020. O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da U.R. - 17 encontra-se no Evento 47.22.

Devidamente notificado Evento 50.1, constatamos a justificativas pelo Responsável em Evento 61.1.

Procedemos à análise, considerando os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial do Município, tendo por base, os dados contidos no relatório da fiscalização.

Constatamos abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$36.989.373,90 (considerados todos os órgãos componentes do orçamento), o que corresponde a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual (doc. 09 deste evento), ou seja, R\$128.012.350,00, índice que, s.m.j., ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP descrito no item A.2 deste relatório (IEG-M / I-Planejamento).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Ainda que a LF nº 4.320/64 não imponha expressamente limites para abertura de créditos adicionais. Existe entendimento neste Tribunal que a margem orçamentária para a abertura de créditos deve ser moderada, próxima à inflação prevista para o período, visando buscar equilíbrio das contas, conforme previsto na LRF e evitar desmanche do orçamento. (Comunicado SDG nº 29/10).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Planejamento	C ↓	C ↓	C+ ↑
i-Fiscal	C+ ↑	B ↑	C ↓
i-Educ	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Saúde	B ↓	C ↓	B ↑
i-Amb	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Cidade	C ↑	C	C ↓
i-Gov-TI	B ↑	C ↓	C ↑

*Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.*

### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice ‘C+’

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de planejamento da Origem obteve índice ‘C+’ de avaliação, que indica que o Órgão está em fase de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor (pág. 6).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado da execução orçamentária de superávit de 8,96% ou R\$ 9.024.793,98.

Oportuno destacar, no entanto que, conforme tratado adiante (vide item B.1.6 – “Encargos” deste relatório), a Origem, em 2020, deixou de recolher montante equivalente a R\$6.148.557,50 ao Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, referente às parcelas de março a dezembro dos aportes financeiros para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, previstos no Decreto nº 2.211, de 16.01.2020 (doc. 13 deste evento).

Caso referidas parcelas, que sequer foram empenhadas, tivessem sido tempestivamente recolhidas, o superávit orçamentário descrito no quadro acima seria na verdade de R\$ 2.876.236,48, resultado equivalente a 2,86% das receitas realizadas no exercício.

### B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 12.053.095,32	R\$ (2.843.723,37)	-523,85%
Econômico	R\$ 8.027.988,13	R\$ 10.216.736,85	-21,42%
Patrimonial	R\$ 7.982.582,91	R\$ (153.853,99)	-5288,41%

Haja vista os números do quadro acima, o superávit orçamentário do exercício em exame foi suficiente para reverter o déficit financeiro vindo do exercício anterior.

### B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Em que pese o superávit financeiro apresentado pela Prefeitura no encerramento do exercício examinado, verificamos, um aumento de 85,86% no saldo da dívida de curto prazo. Ademais, considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo na ordem de R\$5.120.622,87, equivalente isso a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida.

### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Com relação ao endividamento de longo prazo, indica uma redução de 17,28% em relação ao exercício em análise.

### B.1.5. PRECATÓRIOS

Cumprir registrar inicialmente termos apurado que a Origem firmou, com o Departamento de Precatórios do E. Tribunal de Justiça do Estado, o acordo inserido no Proc. 9000521-19.2015.8.26.0500/03, no qual, além de ter adotado o Regime Especial Mensal para quitação de sua dívida com Precatórios, também se comprometeu a recolher mensalmente quantia equivalente a 2,77% de sua Receita Corrente Líquida.

Ademais, constatamos, após análise dos comprovantes e peças contábeis, que, ao longo de 2020, os recolhimentos relativos ao exercício em apreço efetuados junto ao DEPRE-TJSP totalizaram um montante de R\$2.424.161,34, conforme exposto no quadro abaixo:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS - CONFORME BAL. PATRIMONIAL	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 18.343.430,72
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 1.834.602,47
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 2.424.161,34
Ajustes da Fiscalização	R\$ 322.210,45
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 18.076.082,30

Os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu balanço patrimonial devem, no entanto, ser analisados com ressalvas, haja vista divergirem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça (doc. 16 deste evento), no qual consta



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



que, em 31.12.2020, o estoque de precatórios da Prefeitura equivalia a R\$ 16.604.844,85.

Além disso, verificamos que nenhum dos valores acima está ajustado ao constante no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema AudeSP em relação ao exercício de 2020 (docs. 17 deste evento), no qual consta um estoque de precatórios de R\$ 20.613.096,50 ao final do exercício.

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto aos Tribunais?	Sim
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2029, conforme Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Ainda, face à redação dada pela citada Emenda Constitucional ao art. 101 do ADCT, os depósitos referentes ao exercício em exame não atenderam ao percentual praticado em dezembro de 2019.

Vale destacar que, em que pese os levantamentos técnicos efetuados pelo DEPRE no Proc. 9000521-19.2015.8.26.0500/03 tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020 (doc. 18 deste evento), nossos cálculos, expostos no quadro acima, indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço somaram um montante R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota de 2,77% da Receita Corrente Líquida Mensal do Município no período.

A Origem justifica no Evento 61.1, quanto às supostas divergências, esclarecendo que somente ocorre a realização de baixas quando efetivamente informado, pela referida Diretoria de





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Precatórios do TJSP, o efetivo pagamento do credor, razão primeira de qualquer eventual descompasso entre os saldos registrados nos registros contábeis da Prefeitura e aqueles divulgados pela DEPRE para efeito, principalmente, da definição da alíquota que irá orientar os depósitos do exercício seguinte a serem realizados pelo Município (a qual, logicamente, até mesmo por preceito de justiça, deve levar em consideração e abatido, do saldo devedor, eventuais montantes já depositados, ainda que não transferidos aos respectivos credores).

Esclarece ainda, que a regularidade da situação do Município em relação à quitação de seus precatórios no âmbito do Regime Especial no qual se encontra inserido, em conformidade com a alíquota que fora definida pela DEPRE para tal finalidade em 2020.

Com relação aos Requisitórios de Baixa Monta, foram efetuado o pagamento total de R\$ 41.989,69 no exercício em exame.

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 41.989,69
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 41.989,69
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

### B.1.6. ENCARGOS

Quanto aos recolhimentos dos encargos sociais, estão demonstrados conforme guias apresentadas à pág. 16.

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Igarapava – Prev Igarapava, cujas contas estão abrigadas no Processo TC-004536.989.20-5

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Registramos também que, conforme determinação judicial, o Município, em 31.12.2020, dispunha de CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

Conforme já mencionado no item B.1.1 – “Resultado da Execução Orçamentária”, em relação aos aportes financeiros para o equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211, de 16.01.2020(doc. 13deste evento), a Origem providenciou o recolhimento apenas das parcelas relativas aos meses de janeiro e fevereiro. As demais parcelas vencidas no exercício, referentes aos meses de março a dezembro, montante equivalente a R\$6.148.557,50, não foram sequer empenhadas.

Amparado pela Lei Municipal nº 925, de 29.12.2020 (doc. 19 deste evento), a Prefeitura Municipal firmou, em 05.02.2021, o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CadPrev nº 00423/2021 -doc. 20 deste evento), no qual comprometeu-se a saldar seu saldo devedor em 48 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento previsto para o dia 10.03.2021.

No Evento 61.1, a Origem reconhece, que devido às enormes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município ao longo do exercício em exame, principalmente considerando que se trata de um ano em que tivemos em situação de calamidade por conta da pandemia do COVID-19, onde todos os esforços se voltaram à contenção da doença, não restando alternativa à Administração, como tentativa de definitivamente solucionar a questão, senão pactuar o parcelamento, conforme constatado pela Fiscalização Financeira.

**B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

Apuramos que a Prefeitura em apreço não possuía vigente em 2020 nenhum acordo de parcelamento de débitos previdenciários junto ao INSS.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Verificamos, contudo, a existência de quatro parcelamentos firmados com o Regime Próprio de Previdência Municipal – Prev Igarapava e autorizados pelas Leis Municipais nº 756 e 757 (ambas de 29.08.2017).

Constata a Fiscalização, que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado, não havendo parcelas pendentes de pagamento em 31.12.2020 em relação a nenhum dos ajustes tratados.

### B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

Conforme apurado por esta Fiscalização, a Prefeitura não possui vigentes parcelamentos relativos à FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nem ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

### B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

<b>Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:</b>	<b>2020</b>
<b>Disponibilidade Financeira em 30.04</b>	<b>R\$ 7.882.280,58</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ 7.596.337,81
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 2.693.413,15
(-) Valores Restituíveis	R\$ 1.538.237,15
<b>Ilíquidez em 30.04</b>	<b>R\$ (3.945.707,53)</b>
<b>Disponibilidade Financeira em 31.12</b>	<b>R\$ 16.738.276,70</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12	R\$ 3.253.253,60
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados	
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	
(-) Valores Restituíveis	R\$ 1.351.019,42
<b>Liquidez em 31.12</b>	<b>R\$ 12.134.003,68</b>

\*Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



O resultado da disponibilidade líquida em 31/12/2020 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder.

### CONCLUSÃO

A situação das contas apresentada pela Prefeitura demonstra uma posição de equilíbrio, haja vista, ter apresentado um superávit orçamentário no exercício em exame.

No financeiro, houve uma melhora significativa em relação ao exercício anterior, que era negativo de R\$ 2.843.723,37, passa para um resultado positivo de R\$ 12.053.095,32, demonstra que o Município possui recursos disponíveis para liquidar despesas de curto prazo.

Sobre as movimentações orçamentárias, e se assim também entender o Exmo. Sr. Conselheiro Relator, tendo em vista que tais alterações não causaram desajuste fiscal, já que os resultados foram positivos, poderá, a exemplo do decidido nos TCs-1186/026/11 e TC-1077/026/11 ser tal falha levada ao campo das recomendações.

De acordo com os pareceres dos exercícios - 2017-2018-2019 foram respectivamente pela emissão de parecer desfavorável com advertências, favorável com recomendações, e favorável com recomendações, às contas.

Diante do exposto, na presente manifestação, quanto ao não recolhimento das parcelas de março a dezembro relativas a aportes do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no exercício em exame, opinamos pela emissão de Parecer Desfavorável a aprovação das contas do Executivo Municipal, ressalvando-se, entretanto, os atos pendentes de apreciação por este E. Tribunal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, em 24 de maio de 2022.

Cleonice Cortez Santos  
Assessoria Técnica